

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

O Tribunal de Contas terá recusado o visto a onze contratos entre a CP e a EMEF, no valor de 354 milhões de euros. Esses contratos foram uma imposição do Governo e da Administração da CP, que face ao processo de privatização da EMEF queriam garantir receitas ao futuro comprador da EMEF.

Esta decisão do Tribunal de Contas era perfeitamente expectável, pois de facto estavam a ser assinados contratos a dez anos nas vésperas de um processo de privatização, simulando-se uma relação interna mas de facto estruturando garantias de receitas para operadores externos. Mas a prática ilegal do Governo e da Administração da CP pode ter ainda outras e nefastas consequências: a paralisia da atividade ferroviária em Portugal e a degradação ainda mais acentuada das condições de fiabilidade e segurança da operação.

Se o Governo continuar a insistir neste processo, um conjunto de intervenções prioritárias continuarão a ser adiadas, como é o caso da grande reparação dos Comboios Alfa Pendular, que se deveria ter iniciado em 2013, adiamentos que prejudicam a EMEF (dificuldades de planeamento do trabalho e redução artificial do trabalho a ser executado), prejudicam a CP (acrescida degradação do material e aumento de custos associado à reparação) e ameaçam os utentes pelo crescimento do risco operacional. E em breve poderá mesmo ser posta em causa a fiabilidade de toda a operação ferroviária em Portugal.

Mas as declarações da Secretaria de Estado dos Transportes citadas pelo jornal "Público" fazem temer o pior, na linha dos comportamentos chantagistas que o Governo já adotou anteriormente perante outros órgãos de soberania: «*A recusa de visto a um conjunto de contratos que vão desde a manutenção preventiva até à renovação dos Alfa Pendulares (...) deixa a empresa com uma redução de mais de 80% de atividade, dado que a sobrevivência da EMEF depende dos serviços que presta à CP. Isto pode naturalmente ter severas consequências para o futuro*».

É evidente o esboço da chantagem: ou deixam passar mais esta ilegalidade ou acabamos com a EMEF. Mas também é evidente a ignorância: se é verdade que a EMEF depende dos serviços que presta à CP, não é menos verdade que a CP depende dos serviços que recebe da EMEF. Aliás, não é por acaso que o PCP defende há muitos anos a completa inversão da política de pulverização da ferrovia e a reunificação progressiva da ferrovia nacional numa única empresa pública, produzindo aí sim assinaláveis poupanças e apreciáveis sinergias (mas não

oportunidades de negócio, que é de facto o único que interessa ao Governo).

Em suma, estamos perante um conjunto de opções erradas e decisões ilegais do Governo, que colocam a ferrovia nacional à beira da paralisia. Ao invés de continuar a dar prioridade ao seu calendário e guião eleitoral, o Governo deve ter em conta a urgente necessidade de três medidas imediatas: [1.] Anulação imediata do processo de privatização da EMEF; [2.] Regresso aos processos simplificados pelos quais a CP pode e deve continuar a satisfazer as suas necessidades com meios internos através da EMEF, abandonando o modelo de contratualização recentemente introduzido, e que não era mais que um truque destinado a criar (artificial e ilegalmente) valor para o negócio da privatização e [3.] Retoma de capacidades – com a contratação de trabalhadores e não através da contratação externa – para fazer face às consequências dos atrasos criados pelas ilegais e erradas imposições do Governo.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia:

1. Perante a evidência dos factos e das implicações deste processo, o Governo vai ou não proceder ao cancelamento imediato da privatização da EMEF?
2. Sabendo que a insistência na privatização da EMEF significa mais um atraso substancial em intervenções críticas para a segurança operacional na CP – desde logo as grandes reparações nos comboios Alfa Pendular, que já deviam ter começado – quais as razões que levam o Governo a optar por impor esta privatização, sacrificando a segurança e sujeitando a ferrovia nacional a riscos graves e desnecessários?
3. Que resposta tem o Governo às soluções e propostas concretas que o PCP apresenta para medidas imediatas em defesa da EMEF, designadamente as acima mencionadas, e por que motivo não as leva à prática?

Palácio de São Bento, terça-feira, 7 de Julho de 2015

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)